

## 'MÃO INVISÍVEL'

Profissionais admitem pressão externa no controle editorial. Jornalistas de TV revelaram em pesquisa que deixam de publicar conteúdo já prevendo censura **pág\_3**



## TARIQ SALEH

Jornalista que vive em Beirute (Líbano) realizou workshop para jornalistas sobre segurança em coberturas de risco. O Sindijor entrevistou o profissional **pág\_5**



# Extra Pauta

JORNAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ | nº 105 | Junho\_2014 | [www.sindijorpr.org.br](http://www.sindijorpr.org.br)



## #jornalistasmobilizados

# De preto e roxo, mobilizados e com um NÃO unânime aos patrões



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



UEPG



CASCADEL



RIC TV



UEL



BEM PARANÁ



GAZETA DO POVO



RPC TV



PONTA GROSSA



TRIBUNA DO PARANÁ



RIC TV



FOLHA DE LONDRINA



CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA



JORNAL DO OESTE - TOLEDO

O dia em que os jornalistas paranaenses pintaram os locais de trabalho de preto e roxo! O protesto teve manifestação em Curitiba, Cascavel, Ponta Grossa, Londrina, Umuarama, Foz do Iguaçu, Maringá, Toledo, Pato Branco, Paranaguá, Francisco Beltrão, São José dos Pinhais, Apucarana e até no Chile! Os trabalhadores mostraram aos empresários que jamais concordarão com piso diferenciado, nem tentativas de separar o que foi unificado com muita luta. SIM! O PISO UNIFICADO é uma vitória histórica. Após mobilização, mesa de negociação foi reaberta. Agora a luta continua! **pág\_04**

# 5 minutos por 5 anos

Paraná presenciou uma das maiores mobilizações de jornalistas já realizadas. Diretores percorreram redações, carro de som circulando, banners, panfletos e triedros construíram o cenário favorável para que os jornalistas expusessem sua insatisfação diante da intransigência dos sindicatos patronais. Tentaram nos parar, mas não conseguiram.

A união dos jornalistas sempre foi um problema. Fala-se que o jornalista não tem consciência de classe ou é alienado, seja pela lógica individualista das relações de trabalho ou pelo medo das duras represálias. Mas a mobilização do preto e roxo provou que isso não é verdade. Aos poucos os jornalistas mudam as atitudes, vencendo o medo e dando aspecto coletivo para a luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Há quem diga que parar 5 minutos é “hilário”. Na avaliação da diretoria do sindicato, parar 5 minutos é uma conquista, uma prova de coragem. Some esses “miseráveis” minutos



e teremos horas que podem garantir conquistas importantes pelos próximos 5 anos.

Além da resposta ao piso diferenciado, com o repúdio unânime da categoria a qualquer tentativa de reduzir os valores mínimos a serem pagos em cidades menores, os jornalistas também exigem avanços. As assembleias também aprovaram a retomada da pauta de reivindicações que inclui, dentre outras questões o aumento real nos salários.

A união de ontem precisa se transformar na conquista de amanhã. As mobilizações continuarão e, com o apoio dos jornalistas, o Sindijor ganha fôlego para enfrentar os patrões na mesa de negociação.

Como em todo processo de negociação esta foi apenas mais uma fase. Agora é preciso manter o estado de mobilização e continuar firmes na defesa da pauta. Confira nesta edição do jornal Extra Pauta a repercussão do movimento que atingiu todo o Paraná e acompanhe as novidades da Campanha Salarial no site do SindijorPR.

## ARTIGO

# Upgrade do “Marco Civil da Internet” já!

\*João Natal Bertotti

A internet deixou de ser “terra” de ninguém? A internet já tem lei específica no Brasil? A lei especial sobre a internet é constitucional? São indagações para as quais respostas em monografias, dissertações e teses, sendo o alicerce a construção jurisprudencial anterior e posterior à vigência do chamado “Marco Civil da Internet”, ou, ainda, a “Constituição da Internet”, na língua do povo, nomes de batismo da Lei 12.965/2014, sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 23 de abril de 2014, a vigorar a partir de 24 de junho de 2014.

O tema é bastante atraente e interessante, pois, o direito sobre as ondas da internet é a bola da vez, todavia, a nova lei não está conectada à Constituição Federal, um alerta mais franco a internautas: fora do juridiquês - uso de termos jurídicos.

Inconstitucional, desnecessária, retrógrada e ilusória. Em síntese, poderia se traduzir com quatro palavras o conteúdo da nova legislação, à luz das palestras sobre o “Marco Civil da Internet”, no dia 07 de maio de 2014, evento da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná (OAB/PR), com os juristas Renato Opice Blum, Rodrigo Xavier Leonardo e Luiz Edson Fachin.

Com temperos diferentes, Blum, Leonardo e Fachin desdramatizaram questões técnicas, afetas à liberdade de expressão e à responsabilidade civil, respectivamente.

A primeira impressão que fica é que a lei não está adequada a direitos fundamentais esculpido no preâmbulo ao artigo 5.º da Constituição Federal (CF), e ao capítulo da Comunicação Social (artigos 220 e 221), que asseguram direitos difusos, garantias e liberdades individuais, como a dignidade da pessoa humana, a liberdade de expressão e a comunicação social, a privacidade, a intimidade e a responsabilidade civil pertinentes à violação de direitos personalíssimos pela prática de delitos contra a honra.

Numa viagem pelos 32 artigos da lei genérica da internet, um apelido mais apropriado, o jurista Fachin aponta cinco retrocessos, cinco promessas ilusórias e cinco pontos interessantes da lei, enquanto a expectativa do cidadão seria a regulamentação do uso da rede mundial de computadores no Brasil, com regras claras e específicas, e com punição para a prática de atos ilícitos, aliás, o que não está contido nela, pois, afinal, trata-se do “Marco Civil da Internet”.

Já se sabe que a lei da internet fere direitos funda-

mentais: cláusulas pétreas - inalteráveis, da liberdade de expressão à responsabilidade civil. No entanto, um ponto preocupante, inconstitucional, é seu artigo 18: “o provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros”, e a sua relação com o anonimato na internet, proibido pela CF no artigo 5.º, inciso IV: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

Assim, parece que os provedores de conexão à internet poderão continuar ativos na rede mundial de computadores blogs e sites anônimos, entre outros endereços eletrônicos de responsáveis desconhecidos, muitos com objetivos ilícitos para atingir a honra de terceiros com calúnias, injúrias e difamações, sem responsabilidade civil, exceto se não cumprirem ordem judicial específica para retirar conteúdo ofensivo da net, ou com responsabilidade civil subsidiária pela violação de intimidade com a divulgação -- sem autorização -- de imagens, vídeos e outros materiais com cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado.

Na verdade, a lei protege os provedores inicialmente: afasta a responsabilidade civil sob o argumento de assegurar a liberdade de expressão, inclusive, no anonimato, algo vedado pela Constituição.

Por outro lado, a nova lei transfere para a Justiça a palavra final sobre a retirada da internet de material ofensivo produzido por terceiro, a “judicialização”, que pode limitar a liberdade de expressão e pode suprimir parte da lacuna aberta com a revogação da Lei de Imprensa (Lei 5.250/67) pelo Supremo Tribunal Federal, no ano de 2009, por sua incompatibilidade com a Carta Magna.

O assunto não se esgota aqui, nem na palestra da OAB/PR sobre o tema. Assim, o melhor caminho é um upgrade (projeto para alterar a nova lei) do “Marco Civil da Internet”, antenado com a sociedade, com os anseios dos usuários e com os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal.



\*João Natal Bertotti é advogado, inscrito na OAB Paraná, e jornalista

## NOTAS DE FALECIMENTO

### JUVÊNCIO MAZZAROLLO, luta incansável contra o autoritarismo

■ conhecido por ser o último preso político do Brasil, no final do período da ditadura militar, Juvêncio foi um dos fundadores do jornal Nosso Tempo (Foz do Iguaçu). Sua militância política também deixou marcas na defesa de paraguaios exilados pela ditadura de Alfredo Stroessner e na defesa da causa palestina. Também lutou por justiça na questão dos índios e pequenos e médios proprietários, durante a construção da hidrelétrica de Itaipu, quando publicou “A Taipa da Injustiça”, contando o viés autoritário do início da construção da usina.



### ARY LAURINDO, um dos dinossauros

■ no dia 30 de maio o jornalista Ary Laurindo faleceu. Aos 72 anos, Ary era editor-chefe do Jornal Metrôpole (São José dos Pinhais). Considerado como um dos “dinossauros” do jornalismo paranaense, trabalhou na Tribuna do Paraná, Jornal do Estado, Rádio e TV Iguaçu e na Comunicação Social na gestão dos governadores Ney Braga, José Richa e Roberto Requião.



### NELSON COMEL, o “grande paião da comunicação”

■ também conhecido como craque do jornalismo esportivo, faleceu dia 29 de abril, aos 85 anos. Ele era o sindicalizado número 112 e quando marcava presença na Casa do Jornalista trazia junto seu bom humor, uma marca particular. Um feito histórico de Comel foi a criação do campeonato de futebol Peladão, no Paraná; que se tornou o maior campeonato amador do país.



## EXPEDIENTE

Extra Pauta é órgão de divulgação oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.  
ISSN: 1517-0217. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/PR. CEP 80010-000.  
Fone/Fax: (041) 3224-9296.  
E-mail: sindijor@sindijorpr.org.br  
Jornalista responsável: Regis Luis Cardoso (MTB 5849) extrapauta@sindijorpr.org.br  
Edição Gráfica e ilustrações: Simon Taylor | www.ctrlscomunicacao.com.br  
Impressão: Grafnorite | Tiragem: 1.500 exemplares  
Data de fechamento desta edição: 16/06/14

As opiniões aqui publicadas não refletem necessariamente a posição do Sindijor, são de responsabilidade do próprio autor. Envie também seu artigo: extrapauta@sindijorpr.org.br

# “MÃO INVISÍVEL” faz jornalistas praticarem autocensura

Profissionais admitem pressão externa no controle editorial. Pesquisa revela que muitos trabalhadores de TV deixam de publicar conteúdo já prevendo censura

Lembram-se do método Igreja x Estado? Aquela separação da parte editorial e da parte comercial, para que um não influencie o outro? Será que na prática isto funciona mesmo? Para alguns jornalistas, não. Através da pesquisa “Controle Editorial nas Redações: Estudo Sobre as Percepções dos Jornalistas de TV de Curitiba”, muitos profissionais admitiram forte influência externa no seu trabalho. Questões como pautas recomendadas, autocensura, interesses não jornalísticos na produção da informação, foram confirmados como rotineiros por 70 profissionais da área de televisão em Curitiba.

O trabalho foi feito pela então estudante da Universidade Federal do Paraná, hoje jornalista, Ester Athanásio. “É uma pesquisa quantitativa com interpretações qualitativas também, o que torna o banco de dados bastante rico”, explica Ester, que elaborou o projeto para seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No total foram 277 trabalhadores que participaram de um questionário online. Porém, para o TCC, utilizou-se 70 profissionais de TV. O perfil dos jornalistas que buscaram responder ao questionário é na maioria jovem (34,3% tem entre 23 e 30 anos); a maioria (41,4%) se considera de centro-esquerda e 27,1% se declaram não ter posicionamento político.

Para o TCC, Ester contou com a participação da Dra. Kelly Prudêncio, como orientadora; além do Dr. Mário Massagi Junior, como avaliador e banca. Para obter os dados dos jornalistas, foi criada uma fanpage no Facebook. Todo o trabalho preservou o anonimato. “Em geral, os profissionais reconhecem o prejuízo da submissão da pauta aos interesses comerciais da empresa, mas se submetem a tal posição para conservar o emprego e o relacionamento no mercado”, explica a jornalista.

■ Alguns dados comprovam essa submissão:

## INTERFERÊNCIAS EXTERNAS

55,7%

dizem não concordar com pressões, mas administram “com cautela”...

...enquanto

8,5%

obedece para manter emprego

40%

dizem que os amigos cedem a pressão “quase sempre”

## CULTURA ORGANIZACIONAL SE SOBREPÕE À ÉTICA

88,6%

admite perceber, em alguma medida, a interferência editorial

74,3%

já realizou pauta “recomendada”

Apenas

1,4%

se recusou a obedecer a ordem

## JORNALISTAS ANTECIPAM A CENSURA VIA AUTOCENSURA:

Ao menos

70%

já deixou de publicar prevendo a censura...

...enquanto que

42,9%

nunca teve o conteúdo censurado;

## A MAIORIA DEMONSTRA SUBMISSÃO/CONFORMISMO, MAS RECONHECE O PREJUÍZO À PRÁTICA JORNALÍSTICA. É UMA APATIA PARCIAL.

40%

considera as relações de poder na imprensa naturais e...

27%

consideram-nas naturais, porém prejudiciais à atividade

34,2%

entendem que as pressões ferem o direito do cidadão sempre



“A ideia de abordar o controle editorial surgiu logo nos primeiros anos da faculdade, quando tive contato com a realidade das redações por meio dos estágios que fiz”

Ester Athanásio, jornalista que realizou a pesquisa “Controle Editorial nas Redações: Estudo Sobre as Percepções dos Jornalistas de TV de Curitiba”

**INÍCIO:** Foi através da sua experiência em locais de trabalho que a jornalista entendeu a necessidade de se fazer um estudo sobre a autoimagem do jornalista. “A ideia de abordar o controle editorial surgiu logo nos primeiros anos da faculdade, quando tive contato com a realidade das redações por meio dos estágios que fiz”, explica Ester, que durante os quatro anos de jornalismo, passou pela CBN, RICTV, 91 Rock, Mix FM, UFPRTV e Pg1 Comunicação – tendo contato profissional com TV, rádio e assessoria de imprensa.

“Quando chegou a hora de fazer o TCC, a teoria do jornalismo (permeada pelo conceito de imparcialidade e compromisso com a verdade) me parecia nitidamente confrontada com a realidade da redação”, aponta a jornalista, que demonstrou através do seu trabalho que o controle editorial acontecesse de fato. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2013, sendo o questionário online disponibilizado entre 16 de

setembro e 13 de outubro do mesmo ano.

Nas respostas, os jornalistas admitiram sofrer pressões editoriais. Segundo o professor Mário Messagi, que apresentou o TCC no Congresso Nacional dos Jornalistas – em abril deste ano em Maceió (AL); alguns dados chamam a atenção: “um deles foi que o número de diplomados está crescendo, a despeito do fim da exigência do diploma. Isto é um sinal de que boa parte dos argumentos de Gilmar Mendes, no seu voto no supremo, não se sustenta. Nem mesmo na prática cotidiana das empresas que são contra a exigência do diploma”.

Messagi ainda explica que ficou impressionado “em como é comum à prática de pautas recomendadas e como os jornalistas aceitam”. Outra questão relevante, apontada pelo professor, é “a maneira como os jornalistas se sentem desprotegidos, tendo que agir apenas com o apoio deles mesmos quando têm que defender os princípios morais da profissão. Um quadro desalentador”.

## Congresso Nacional dos Jornalistas

■ No início de abril aconteceu o Congresso Nacional dos Jornalistas em Maceió (AL). O professor e jornalista Mário Messagi Junior, levou os dados gerais da pesquisa e os apresentou durante o evento, numa palestra sobre ética jornalística – Messagi também é titular do Conselho de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). “Como pode o jornalista exercer sua atividade de forma ética, tomar decisões morais no dia a dia do jornalismo se ele não tem autonomia profissional?”, assim Messagi abordou o tema no Congresso, linkando com o TCC da jornalista.

Após a palestra, já no grupo de estudos sobre o tema, os jornalistas em Maceió sugeriram que a pesquisa fosse expandida e aplicada nacionalmente. “A repercussão foi positiva, a pesquisa é inédita e muito relevante para entender o jornalismo brasileiro. Neste momento, estou elaborando projeto e buscando financiamento e parcerias para realizar a pesquisa nacionalmente”, conclui o professor da UFPR.

Londrina



Joka Madruga



Ponta Grossa

# Jornalistas pararam e deixaram o Paraná PRETO e ROXO

## #jornalistasmobilizados



Os trabalhadores se mobilizaram no início de junho. Após assembleias gerais pelo estado, a categoria protestou contra os patrões e agora, após a união de todos, foi confirmada para o dia 23 de junho a próxima mesa de negociação

A manhã do dia 3 de junho em Curitiba começou fria e com geada. O branco da paisagem já é algo normal na capital paranaense, algo recorrente inclusive quando não é inverno. Porém, no mesmo dia, na mesma manhã, os jornalistas do estado levantaram de preto e roxo. Uma manhã inusitada não seria "mais pautada" pra imprensa? Algo como: "manhã começa preta e roxa na capital paranaense"? Mas a regra, infelizmente para os jornalistas, é que suas reivindicações não são mostradas nas mídias hegemônicas.

Não tomando conhecimento dessa intransigência dos meios de comunicação de massa paranaense, os trabalhadores vestiram a camisa e aderiram à campanha do Sindijor. Diversas cidades do estado fizeram o dia do preto e roxo, com paralisação de cinco minutos (tempo simbólico) nos locais de trabalho. Para a direção do Sindijor, o objetivo foi chamar a atenção para a Campanha Salarial que foi travada pelos patrões. O motivo? As empresas alegam que só continuarão a negociar caso o piso diferenciado seja aplicado no estado.

A data base da categoria venceu dia 1 de maio. As reuniões no fim de 2013 e durante fevereiro de 2014 definiram uma agenda, que não foi respeitada pelo lado patronal. O Sindijor se posicionou obviamente contrário ao piso diferenciado, mas não fugiu do debate; já os patrões, sim. Os empresários saíram das mesas de negociação e se recusaram a atender itens defendidos pelos próprios trabalhadores, como o aumento real, a segurança no trabalho, a questão do estágio, anuênio e, claro, a manutenção do piso unificado; uma vitória histórica do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

**ASSEMBLEIAS E MOBILIZAÇÃO:** O Sindijor convocou os trabalhadores para assembleias gerais em diversas cidades paranaenses, os jornalistas decidiram pelo protesto do preto e roxo. Para a direção sindical, o objetivo era dar um basta no desrespeito por parte das empresas. Assim, a campanha salarial ganhou corpo no estado. O dia 3 de junho mostrou o repúdio ao piso diferenciado. Um NÃO unânime, exigindo a reabertura das negociações; e foi o que aconteceu, com prioridade para o debate sobre o reajuste e o aumento real dos jornalistas paranaenses (Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Londrina, Umuarama, Francisco Beltrão, Pato Branco e Paranaguá realizaram assembleias).

Outra ação é um abaixo assinado que está circulando pelos locais de trabalho e colhendo assinatura da categoria. O documento serve para demonstrar o descontentamento dos profissionais em relação a proposta patronal do piso diferenciado, também reafirma a pauta de reivindicação da categoria, que exige reajuste salarial (inflação mais aumento real). A direção do Sindijor considera que o jornalista do interior não vale menos que o da capital, ele trabalha igual e merece receber o mesmo; sem contar que o rebaixamento no interior seria uma porta para a redução dos salários também em Curitiba.

**MESA DE NEGOCIAÇÃO:** Para tratar da Convenção Coletiva de Trabalho dos Jornalistas (2014/2015), foram apenas duas rodadas de negociação em 2014. Os patrões vieram com a mesma ladainha de que o setor não vai bem, que as empresas do interior não conseguem arcar com o valor do piso (como se R\$ 2,6 mil fosse um salário gordo!). E a proposta? Os patrões novamente propõe um piso que vale menos e, ainda por cima, diferenciado por regiões.

**FATURAMENTO:** Entre 2004 e 2013, o faturamento dos meios de comunicação no Brasil aumentou 191%, enquanto a inflação do período foi de 69%. Isso significa que o faturamento aumentou 72% acima da inflação. Em contrapartida, os jornalistas tiveram um reajuste de apenas 70%, ou seja, apenas repuseram a inflação.

**QUEREM MAIS UM MOTIVO PARA NÃO ACEITAR O PISO DIFERENCIADO?** Hoje, segundo dados da RAIS/Ministério do Trabalho, 42,5% dos jornalistas do Brasil ganham menos de quatro salários mínimos, ou seja, já ganham abaixo do piso. Quer dizer, muitas empresas já desrespeitam o piso! O que eles querem é que a gente seja conivente com essa situação, rebaixando os salários.

**REABERTURA DAS NEGOCIAÇÕES** | Após as mobilizações, o Sindijor, ao lado do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná, enviou documento solicitando a reabertura das mesas de negociações. Os representantes das empresas de comunicação assinaram e reabriram o debate (assinaram o documento: Sindicatos das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná e Sindicato das Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado do Paraná).

Os #jornalistasmobilizados provaram que a união destrava negociação! Após pressão dos trabalhadores, representantes das empresas de comunicação "deixaram" a intransigência de lado. O novo encontro está marcado para o dia 23 de junho, às 9 horas, na sede do Sindijor.

### ENTIDADES QUE APOIAM A LUTA DOS JORNALISTAS

- APP Sindicato
- Movimento Luta, Fenaj!
- Câmara Municipal de Londrina
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- Cefuria
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)
- Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos
- Consulta Popular
- Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos Sociais Culturais e Ambientais (Dhesca)
- Casa Latino-americana (Casla)
- Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR)
- Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região
- Deputado estadual Tadeu Veneri
- Sindicato dos trabalhadores em Água, esgoto e Meio-ambiente do estado de São Paulo (Sintaema-SP)
- Deputado estadual Prof. Lemos
- Sinqüímica-PR;
- Levante Popular da Juventude
- Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina (PR-SC);
- Federação dos Bancários do Paraná (Fetec)
- Sismuc
- Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)
- Sinasefe - IF Sertão (PE)
- Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (seção Paraná)
- TIE Paraná
- Mandato Vereadora Professora Josete
- Mandato Vereador Pedro Paulo
- Mandato Vereador Paulo Porto (Cascavel)

# O perigo não avisa. Está preparado?

Para Tariq Saleh, os jornalistas possuem uma responsabilidade coletiva de cuidar da questão da segurança. Devem exigir das empresas profissionalismo e seriedade quando o assunto é uma cobertura de risco

**EXTRA PAUTA:** Você está faz muitos anos percorrendo territórios considerados de riscos para jornalistas. Em que região vive atualmente?

**Tariq Saleh:** Moro em Beirute (capital do Líbano) há oito anos. Meu dia a dia não é muito diferente dos repórteres em geral, leio as notícias locais e regionais, discuto pautas com editores, encontro fontes e outras pessoas que podem inspirar pautas. Beirute não é nenhuma zona de guerra. A maioria das cidades do Oriente Médio não é. As pessoas vivem como qualquer pessoa no resto do mundo.

**EP:** Como os jornalistas são tratados pelas autoridades nos locais de conflitos? E como os jornalistas são tratados pelos manifestantes?

**TS:** Os jornalistas podem ser tratados bem tanto por autoridades quanto por manifestantes. Mas podem ser tratados de maneira ríspida e com violência pelos dois também. Vai depender do momento, dos interesses. Estamos falando de uma região em que liberdade de expressão é relativa. Dependendo do país, direitos humanos não são levados em consideração. Porém há países em que os jornalistas são mais respeitados que no Brasil.

**EP:** No Brasil, a maioria das agressões contra jornalistas parte do estado (principalmente Polícia Militar); como você vê essa postura por parte das autoridades?

**TS:** Acho que é mais uma questão de despreparo mesmo. Vejo a polícia brasileira, de modo geral, como muito despreparada, de Terceiro Mundo. Mas a truculência da polícia contra jornalistas pode acontecer até em polícias mais modernas e avançadas, do Primeiro Mundo, que lidam com a imprensa sem tanto medo. Mas há o outro lado, vejo muitos jornalistas forçando a barra. Por exemplo, bota um microfone na cara ou tira uma foto de um policial no momento de maior tensão, quando ele está lidando com uma multidão enfurecida. Há de se ter mais preparo dos dois lados.

**EP:** Tecnicamente, o quê você considera um território de risco? Quais ou qual a região mais perigosa que enfrentou? Que equipamentos são primordiais para a segurança do jornalista nestes casos?

**TS:** Qualquer região pode se tornar de risco. Desde um país democrático a outro sob regime ditatorial ou em guerra. No Brasil, durante os protestos contra a Copa do Mundo, a situação se tornou de risco. Já, no meu caso, eu enfrentei riscos em diversos lugares, mas certamente a Síria é, hoje, o país mais perigoso que já trabalhei (até o momento). No caso dos equipamentos, vai depender do trabalho sendo feito, a região e a situação. Em protestos como no Brasil, ob-

Sabe como se portar numa cobertura jornalística de risco? Por acreditar na importância do debate, o Sindijor promoveu, no início de junho, o workshop "Segurança em grandes coberturas do jornalismo" com o jornalista brasileiro Tariq Saleh, que há quase uma década cobre conflitos no Oriente Médio, como correspondente da BBC. No auditório do Sindicato, o jornalista gaúcho palestrou e deu destaque 'às manhas' que o trabalhador deve ter para não ser pego de surpresa durante seu trabalho.

“Lamentei muito esta morte, e principalmente porque ocorreu por completa irresponsabilidade da empresa pelo qual ele trabalhava”

jornalista brasileiro Tariq Saleh, sobre a morte do repórter cinematográfico Santiago Andrade (14 de fevereiro deste ano no Rio de Janeiro) durante uma manifestação de rua

Vale lembrar que um dos itens defendidos pelo Sindijor na mesa de negociação com as empresas de comunicação do estado é o comprometimento, por parte dos patrões, em oferecer equipamentos de segurança aos trabalhadores. Para a direção do Sindicato, o objetivo do evento foi aprofundar o debate sobre segurança no trabalho com um profissional experiente, que já cobriu guerras.

Tariq Saleh já atuou como colaborador e produtor para o portal Terra, Revista Veja online, Rádio CBN, TV Globo e TV Record. Presta serviços como consultor para a agência de notícias portuguesa PNN. Passou por grandes veículos impressos como a Folha de São Paulo, Zero Hora e a revista americana TIME. Registrou coberturas de conflitos e crises políticas no Líbano, revolução no Egito e Iêmen, guerras na Líbia e na Síria, além de Turquia, Jordânia, Árabia Saudita, Catar e Bulgária.

Lella da Luz de Paula



■ Tariq palestrou no auditório do Sindijor no início de junho para profissionais e estudantes de jornalismo

viamente que colete balístico (à prova de balas) não se usa. Mas se usa em um conflito armado. O equipamento de segurança que vai sempre ser usado em qualquer cobertura é o bom senso e a inteligência do jornalista ao lidar com situações de perigo. O resto é acessório: colete, capacete, kit de primeiros-socorros, utensílios (fita adesiva, faca, bússola, lanterna, mapas, etc.). Quanto maior o nível do conflito e de perigo, mais acessórios são agregados.

**EP:** Qual a visão de quem está de fora sobre as manifestações que ocorreram no Brasil? Como a imprensa brasileira é vista no exterior?

**TS:** Não poderia te dar uma visão bem detalhada, já que acompanhei de forma casual os protestos. Mas os comentários lá fora eram de surpresa, já que a visão era de um país em que tudo funcionava, era desenvolvido e emergente. Sobre a imprensa brasileira, não há muito conhecimento dos árabes; ou mesmo da imprensa latino-americana. Jornalismo lá é muito baseado no europeu e americano, com quem há mais troca acadêmica.

**EP:** Recentemente houve a morte de um repórter cinematográfico numa manifestação no Rio de Janeiro. Como isso foi visto por profissionais como você, que trabalham em conflitos de guerra?

**TS:** Essa morte foi uma das poucas coisas que acompanhei de forma mais assídua. Lamentei muito esta morte, e principalmente porque ocorreu por completa irresponsabilidade da empresa pelo qual ele trabalhava. Um equipamento básico (capacete de ciclista e óculos de proteção) teria salvado a vida dele. Vejo muita displicência de jornalistas e empresas brasileiras em relação à segurança, mesmo que básica. Muitos pensam: "ah, espero que nada aconteça" ou "não vai acontecer nada". Mas esperar pelo melhor não é um plano de segurança e, infelizmente, vários profissionais pagam o preço por não possuírem um treinamento básico que seja sobre planejamento e prevenção.

**EP:** Em sua opinião, existem características semelhantes em países que desrespeitam a liberdade de imprensa?

**TS:** Em geral, são países sob ditaduras ou Estados de democracia ainda frágil. Também há países que compartilham da mesma cultura de que o Estado está acima de tudo e não pode ser criticado ou contrariado. Mas violência contra jornalistas pode vir de sociedades com cultura e visões diferentes em relação ao que entendemos, nós ocidentais, como liberdade de imprensa. É responsabilidade do jornalista estrangeiro, por exemplo, que cobre estas regiões, saber como estas sociedades veem o papel da imprensa em seus países.

## Jornalistas de todo Brasil fizeram ato na Câmara Federal

Após ato dos trabalhadores, presidente da Casa dos Deputados cria Comissão Especial da PEC



Fenaj

Os jornalistas filiados realizaram no fim de maio, na Câmara dos Deputados, ato em defesa da rápida tramitação e aprovação da PEC do Diploma. A manifestação foi no Salão Verde da Câmara. Os jornalistas também contataram os parlamentares e conversaram com o presidente da Casa. O Sindijor foi representado pelo diretor da subseção de Foz do Iguaçu, Roberto Geremias, que participou das ações ao lado dos líderes sindicais de outros estados. Para o diretor paranaense, a viagem foi produtiva e ao lado de representantes sindicais de 18 estados, saíram satisfeitos das ações em Brasília: “valeu a pena o empenho de todos. Seguimos para a Câmara Federal e ficamos em contato com os parlamentares. Os políticos se mostraram favoráveis a aprovação da PEC”.

Após a movimentação dos jornalistas entre os deputados, os trabalhadores foram recebidos por Henrique Eduardo Alves, presidente da Casa. O deputado encaminhou (19/05) a instalação de Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda Constitucional 206/09, a PEC do Diploma. A posição foi anunciada em audiência com dirigentes sindicais dos jornalistas. A perspectiva é de que matéria vá a voto em plenário após 10 sessões.

**COMISSÃO ESPECIAL:** após os esforços dos trabalhadores jornalistas, Henrique Eduardo Alves não só se comprometeu como agilizou a criação (29/5) da Comissão Especial. Agora a recém criada pasta, será responsável pelo parecer da Proposta de Emenda à Constituição 206/2012, conhecida como PEC do Diploma. A Comissão será composta de 23 (vinte e três) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

A PEC do Diploma estava na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados desde novembro do ano passado, quando sua admissibilidade foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão Especial será responsável por apreciar o mérito da PEC. Só depois disso, será submetida ao plenário da Câmara em dois turnos de votação.

**MANIFESTAÇÃO:** Foram dois dias de atos na Câmara dos Deputados. Nos dias 28 e 29 de maio uma comitiva de jornalistas promoveu atos no Salão Verde da Câmara e contactou diversos parlamentares para agilizar a PEC do Diploma. Na audiência com o presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves, esse acatou a sugestão da FENAJ para sua composição. A lista sugestiva da Federação foi elaborada após consultas com lideranças de bancadas.

Segundo o presidente da FENAJ, Celso Schröder, a matéria estará pronta para ir a voto no plenário após 10 sessões, possivelmente em agosto. “A disposição do presidente da Câmara em nos atender após um dia intenso de atividades no plenário, e o anúncio da instalação da Comissão Especial, são sinalizações positivas”, considera Schröder.

Para o prosseguimento da tramitação da PEC 206/2012 é necessária a análise da matéria por uma Comissão Especial, para depois ser votada no plenário.

Já aprovada em dois turnos no Senado, a PEC 33/09 tramita na Câmara dos Deputados com o número 206/2012, tendo sua admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania em novembro de 2013. Agora é necessário que a Mesa Diretora instale uma Comissão Especial, composta com 15 membros titulares e 15 suplentes, para análise de seu mérito.

### PLEBISCITO CONSTITUINTE

## Jornalistas entram na campanha por uma Constituinte exclusiva do sistema político

O movimento sindical dos jornalistas passa a engajar-se à campanha do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. O envolvimento dos jornalistas brasileiros foi aprovado no XXXVI Congresso Nacional da categoria, realizado em abril, em Maceió (AL). O Sindijor vem participando do comitê Estadual, além de ceder o auditório da entidade para coletiva de imprensa e debates sobre o tema. “O Sindicato abre espaço para a discussão junto com mais de cem entidades em todo o país, que querem discutir a mudança no sistema político. E o ponto de partida para isso em 2014 será o Plebiscito Popular. A reforma política é um tema que está no dia a dia dos jornalistas”, afirma Pedro Carrano, Diretor de Formação do Sindijor.



um Plebiscito. Apesar disso, desde o ano 2000, movimentos sociais começaram a organizar plebiscitos para dialogar com a sociedade, coletar votos e pressionar as autoridades em favor de mudanças que correspondam às aspirações populares.

Em setembro de 2013, após as manifestações sociais ocorridas principalmente em junho e julho, a Plenária Nacional dos Movimentos Sociais decidiu organizar o plebiscito popular tendo como foco a proposta de Constituinte exclusiva sobre o sistema político. A ideia é conquistar uma reforma política onde centralmente seja combatida a influência do poder econômico nas eleições no Brasil.

A proposta é de que o Plebiscito Popular seja realizado na Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro, com recolhimento de votos em todo o país. Será apresentada à população brasileira a seguinte pergunta: “Você é a favor de uma Constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?” O resultado do Plebiscito Popular será levado a todas as autoridades brasileiras.

**O PLEBISCITO:** é uma consulta na qual as pessoas votam para aprovar ou não uma questão. Pela legislação brasileira somente o Congresso Nacional pode convocar

### CUT

## 14ª Plenária reafirma o papel da classe trabalhadora

Foram quase 300 delegados. Os participantes da 14ª Plenária Estadual da CUT Paraná cumpriram seu papel durante os três dias do evento. Estabeleceram as metas e estrutura programática que ditará as ações da central no próximo período. Eles representavam mais de 170 mil trabalhadores na base. A Plenária aconteceu em maio. A tese tirada das discussões inclui combate aos processos de privatização do Governo Beto Richa no Paraná, bem como, a defesa do projeto de um governo democrático popular que nos últimos 12 anos levou o Brasil a grandes avanços sociais e econômicos.

Outros pontos como o engajamento da Central e seus sindicatos na realização do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana pela Reforma do Sistema Político, no fortalecimento das TVs Comunitárias, na construção da edição regional do jornal Brasil de Fato, na luta pela preservação da água, energia elétrica e petróleo como bens públicos e contra todo tipo de precarização do trabalho, também marcaram a 14ª Plenária Estadual da CUT.

“Estabelecemos um excelente diálogo e não tenho dúvida que nos organizamos. Agora vamos lutar e avançar nas conquistas. Precisamos botar na rua a Plataforma da Classe Trabalhadora”, avalia a presidente da Central no Paraná, Regina Cruz. De acordo com ela, com uma análise de conjuntura precisa, os trabalhos garantiram boas emendas e excelentes diretrizes para as políticas da CUT.

**DELEGADOS:** durante a plenária também foram eleitos os 17 delegados que representam o Paraná na Plenária Nacional da CUT. A chapa “A Unidade Mostra Nossa Garra”, eleita por unanimidade, é composta pelos seguintes companheiros: Ana Paula Cozzolino, Anacélie de Assis Azevedo, Cristiane Aparecida Wainer, Daniel Mittelbach, Davi Brito da Silva, Denila Coelho, Eliana Maria dos Santos, Evandro Ritt, Jefferson dos Santos, José Alexandre dos Santos, Luciana de Fátima Kaiser, Márcio Kieller, Neveraldo Oliboni, Ricardo Giovanini, Rose Mari Gomes, Vera Lúcia Pedroso Nogueira e Wagner do Nascimento Rodrigues.



Gibran Mendes

● Diretor do Sindijor, Pedro Carrano, participou da Plenária da CUT

### PESQUISA

## Novas diretrizes foram debatidas no 15º ENPJ

● No 15º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo um dos destaques foi o “Panorama Regional do Ensino de Jornalismo no Brasil”; em que foi discutida as novas diretrizes no curso de jornalismo, trazendo as experiências dos palestrantes em seus âmbitos regionais.

Temáticas como debate e reflexão das novas diretrizes, ética da profissão, impactos e transformações que causam nas universidades, interferências que acarretam na grade curricular do curso, o avanço das novas tecnologias e a influência que ela exerce no processo de criação do jornalismo, além da necessidade de incentivar os jornalistas a pesquisa, foram abordadas durante a palestra.

**ESTÁGIO:** Também a questão do estágio fez parte do debate. Já no primeiro dia do evento aconteceu o 11º Pré-Fórum Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), com o tema “Impactos das novas diretrizes curriculares no campo jornalístico”, a proposta de estágio do Sindijor foi abordada pelo presidente do Sindicato, Guilherme Carvalho; que na ocasião dividiu a mesa de debates com o presidente da Fenaj, Celso Schröder, e com o secretário do FNPJ, Edson Spenthof; com mediação da jornalista Carmem Pereira, diretora da Fenaj.

A proposta de estágio enviada pelo Sindijor está em análise no FNPJ. “Faremos um encontro de trabalho juntamente com a Fenaj para o segundo semestre. O objetivo é de avançar na formação de um projeto, com indicadores de verificação de qualidade. A questão do estágio está precisando de uma proposta de organização urgente, mas isto precisa ser elaborado em parceria”, explicou o professor de jornalismo Marcelo Engel Bronosky.

## TRABALHO

## Três demissões na TV Band! O argumento é sempre o mesmo: contenção de gastos

A TV Band em Curitiba demitiu três jornalistas. Apurada a causa, revela-se o já "clássico" argumento das empresas de comunicação: contenção de gastos. Os desligamentos aconteceram em maio e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná discorda frontalmente dessa política que submete a informação ao poder mercadológico. Para a entidade que defende os trabalhadores jornalistas, manter os profissionais no seu quadro de funcionários faz com que a qualidade aumente e consequentemente a questão econômica melhora. O fato ainda comprova que o demissômetro do Sindijor infelizmente continua.

Para a direção do Sindicato, a prática de "cortar gastos" demitindo jornalistas é contraditória, pois se tratando de um veículo de comunicação, a ferramenta principal para que a empresa (se realmente está com problemas financeiros) se reerga é manter seus jornalistas; e muitas vezes aumentar e capacitar seus profissionais através de investimentos. A direção de fiscalização do Sindijor ficará de olho para que a Band não recrute profissionais para substituir os recém-abertos postos de trabalho com contratos precários.

## OESTE DO PARANÁ

## Mudança na direção do Sindicato dos Jornalistas em Foz

O jornalista Roberto Geremias é o novo vice-presidente da subseção do Sindicato dos Jornalistas em Foz do Iguaçu (PR). A decisão foi tomada após reunião da diretoria da entidade na cidade, realizada no início de junho. O novo vice-presidente já assumiu a função. A vaga foi aberta após o pedido de desligamento de Wemerson Augusto, o "Cearánews", da direção do Sindijor-Foz. O jornalista irá dedicar-se de forma integral aos projetos profissionais e pessoais.



Sindijor

## REFORMA

## Casa do Jornalista de telhado novo!

As propostas da atual diretoria do Sindijor para melhorar a estrutura da entidade se concretizam a cada dia. No início do mês de abril foi finalizada a reforma do telhado da Casa dos Jornalistas. As ações começaram com a manutenção dos equipamentos dos funcionários do Sindicato e com a instalação de um computador que é disponibilizado para os jornalistas sindicalizados. Também a fachada do prédio onde se encontra o Sindijor foi reformada.

**VALOR:** Os gastos com as obras são divididos entre as entidades que estão instaladas na Casa do Jornalista. A diretoria do Sindijor informa que o valor da reforma é financiado com o dinheiro do imposto sindical.

## IMPOSTO SINDICAL

## Jornalistas receberam devolução

Encerrou no mês de abril o prazo para o recebimento da devolução de 60% do imposto sindical. Jornalistas que estavam regularizados com suas obrigações receberam o valor do imposto. O Sindijor repassou os 60% que recebe, já que o valor total é dividido da seguinte forma: 5% para confederação correspondente; 10% para central sindical; 15% para a federação; 10% para a 'Conta Especial Emprego e Salário'; além dos 60% para o sindicato. "A importância da devolução é fomentar a sindicalização. O objetivo do Sindijor é ter independência financeira", explica Guilherme Carvalho, presidente do Sindicato.

**CUT:** em 2010 o Sindijor se filiou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Congresso Paranaense dos Jornalistas em Foz do Iguaçu. Esta ação representa um modelo de sindicalismo não amparado pelo estado, sem depender do imposto sindical. "Um dos princípios da CUT é autonomia de gestão. A linha política da Central é de que pode haver uma colaboração voluntária, mas não o imposto sindical. O próprio trabalhador deve gerir, decidir e sustentar os rumos da categoria", explica o vice-Presidente da CUT Paraná, Márcio Mauri Kieller.

## Sindijor notifica 24 empresas por descumprimento da CCT e CLT

Em maio o Sindijor encaminhou às empresas de comunicação notificação por descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho dos Jornalistas do Paraná e da legislação trabalhista. Estão sendo notificadas sete empresas de televisão sobre o registro de repórteres cinematográficos e acúmulo de função; e 17 de impressos em todo o Paraná sobre enquadramento de diagramadores. "Essa é uma ação de extrema importância para regularizar a situação dos jornalistas no estado", explicou Guilherme Carvalho, presidente do Sindicato.

As empresas descumprem Convenção Coletiva de Trabalho e a legislação trabalhista quanto ao enquadramento de profissionais e acúmulo de função. Vale ressaltar a cláusula vigésima sexta da CCT que define: "As empresas ficam obrigadas a registrar em carteira ou contrato de trabalho a função exercida pelo jornalista, nos termos do Decreto número 83.284/79, artigo 11".

**REPÓRTER CINEMATOGRAFICO:** O decreto 83.284/79, define quais são as atividades a serem desenvolvidas pelos jornalistas, determinando quais são exclusivas destes profissionais. O artigo 11 especifica a atividade de repórter cinematográfico: "aquele a quem cabe registrar cinematograficamente quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico".

Os "cinegras" passam por diversos problemas. Denúncias que chegam ao Sindijor englobam desde acúmulo de função até enquadramento profissional. Infelizmente tornou-se comum os profissionais trabalharem também como motorista, por exemplo. Para o Sindijor esse é uma grave irregularidade, já que são duas categorias distintas, com representações sindicais e responsabilidades diferentes.

Nem mesmo as negociações, acordos e conven-

ções coletivas têm qualquer relação. Os jornalistas (repórteres cinematográficos) são representados pelo Sindijor e os motoristas pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Curitiba (Sindicodutores).

**DIAGRAMADORES:** outra notificação do Sindicato também envolve o descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e da legislação trabalhista quanto ao enquadramento profissional dos diagramadores. A cláusula vigésima sexta da CCT define que: "As empresas ficam obrigadas a registrar em carteira ou contrato de trabalho a função exercida pelo jornalista, nos termos do Decreto número 83.284/79, artigo 11": "aquele a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação".

Por desconhecimento ou por má-fé algumas empresas estão registrando os diagramadores como paginadores. O prejuízo ao profissional está na determinação incorreta de sua representação profissional que deve ser exercida pelo Sindijor e não pelos sindicatos de radialistas.

O diagramador trabalha essencialmente com conteúdo jornalístico, inserindo conteúdos noticiosos nas páginas de um impresso. Trata-se de um trabalho intelectual. É considerado, portanto, jornalista com direito ao registro profissional e enquadramento como tal, sendo representado pelo Sindijor.

O paginador é quem cuida dos elementos que serão inseridos no impresso e que não são considerados jornalísticos, tais como anúncios publicitários, classificados, numeração de páginas, entre outras atividades que podem ser consideradas meramente técnicas. Estes estão representados pelo Sindicato dos Gráficos.

## Sindijor discutiu condições de trabalho com representantes do GRPCOM



Regis Luís Cardoso

Em reunião na sede da entidade, o Sindijor cobrou dos representantes do GRPCOM melhoras nas condições de trabalho dos jornalistas

A direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e os representantes do Grupo Paranaense de Comunicação fizeram encontro na sede do Sindijor (fim de maio). O objetivo da reunião foi renovar o acordo de compensação de jornada, extensão de jornada e Programa de Participação dos Resultados (PPR) da RPCTV e da Gazeta do Povo.

Porém para o Sindijor a questão envolveu também condições de trabalho. "O objetivo do encontro é resolver pendências trabalhistas dos jornalistas. Há alguns problemas que foram trazidos pelos profissionais e agora vamos sentar e resolver com o grupo de comunicação", explicou Guilherme Carvalho, presidente do Sindicato.

Os diretores do Sindijor questionaram os representantes do GRPCOM sobre temas como a exclusividade do profissional no veículo de comunicação, o uso de conteúdo produzido pelo mesmo trabalhador em mais mídias do mesmo grupo de comunicação, descumprimento do acordo de extensão de jornada, adequação dos diagramadores e o não pagamento de horas extras aos editores.

Os representantes do GRPCOM assumiram um

compromisso de apresentar respostas para os pedidos do Sindijor. Uma nova reunião foi agendada para o dia 26 de junho, também na sede do Sindicato.

Horas Extras para editores: à questão da jornada para editor e o pagamento referente ao período além das 5 horas estipuladas em lei foi debatido na reunião. Vale lembrar que no dia 24 de março, o Sindijor publicou a decisão do Tribunal Regional do Trabalho referente a realização de jornada acima do previsto na legislação. Pela decisão, o jornal Gazeta do Povo não poderia cobrar a jornada acima das 5 horas diárias da jornalista Érika Busani, contratada na época como "editora assistente".

## VITÓRIAS ANTERIORES

O SindijorPR já obteve vitórias neste sentido, garantindo que editores também tivessem reconhecido o direito a 5 horas. É o caso dos editores do jornal Folha de Londrina e do Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, quando estes últimos dois ainda faziam parte do Grupo Paulo Pimentel. A ação coletiva ganha pelo Sindicato em 2012 garantiu o pagamento de horas extras aos editores atingindo valores próximos aos R\$ 9 milhões.

# Uruguai vence mais uma Copa do Mundo no Brasil



■ 1ª Copa do Mundo de Vídeo Game do Sindijor reuniu diversos jornalistas na capital paranaense

Se em 1950 Juan López Fontana comandou a seleção azul celeste no título mundial em cima do Brasil, com 200 mil pessoas lotando o Maracanã, em 2014 o fato se repetiu, mas de forma mais moderna. Dia 10 de junho, os uruguaios aprontaram mais uma, dessa vez na inédita Copa do Mundo de Vídeo Game do Sindijor. Sob o comando de Allan Scheidt, o Uruguai tornou-se campeão mundial em cima da Colômbia, comandada por Fernando Castro. O jogo foi bem disputado, um celestial 5 a 4, sendo que ambos os finalistas saíram do torneio com seus dedos

calejados. Em terceiro lugar ficou a Alemanha, de André Menezes; e EUA, do treinador Vinícius Boreki.

Ao todo foram 50 jornalistas que prestigiaram a Copa do Mundo do Sindijor. Dos participantes, todos os 32 times tinham seus respectivos representantes. O público extra se divertiu com os “brinquedinhos” que estavam instalados na estrutura que o Sindijor preparou. “Foi uma ideia que surgiu da categoria e que o Sindijor conseguiu viabilizar. O objetivo principal foi integrar os trabalhadores. Acredito que a entidade conseguiu

cumprir essa demanda”, explicou Filipi Oliveira, diretor de Lazer e Eventos do SindijorPR.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná enaltece o patrocínio da Próximo Games, com seus PlayStation 3; além da demonstração de outros games, com a estrutura de Cockpit para jogos de corrida; PlayStation 4 com o sucesso “Watch Dogs” e outros jogos; X-Box One, para jogos sem uso de controle, como “Fighter Whittin”; e Óculos Rift, de realidade virtual. O Sindijor também agradece o apoio da Octopus, Jasmine e Habib’s.

## PROFISSIONALIZAÇÃO

### Sindijor realizou Prova de Imagem no início de junho

A prova para obter registro de Repórter Fotográfico e Repórter Cinematográfico aconteceu no dia 07 de junho em Curitiba e Paranaguá. O exame é promovido pelo Sindijor em parceria com a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná (Arfoc-PR). “O objetivo é qualificar profissionais para obter o registro como jornalista na área de imagem na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE). Além de capacitar tecnicamente e dar noção da responsabilidade ética da profissão”, explica Pedro Serápio, Diretor de Imagem do Sindijor. A avaliação foi composta de questões discursivas e objetivas, além da redação (todas eliminatórias).

Pedro Serápio



# valorize sua profissão.

# SINDICALIZE-SE

e Fique em Dia com o SINDIJOR-PR.

**JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!**